



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

# Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábيا Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

**A ATUAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO  
ENFRENTAMENTO DA HESITAÇÃO VACINAL: ESTRATÉGIAS PARA  
FORTALECIMENTO DA CONFIANÇA COMUNITÁRIA**  
THE ROLE OF PRIMARY HEALTH CARE IN ADDRESSING VACCINE  
HESITANCY: STRATEGIES FOR STRENGTHENING COMMUNITY  
CONFIDENCE  
EL PAPEL DE LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD PARA ABORDAR  
LA RETICENCIA A LA VACUNACIÓN: ESTRATEGIAS PARA  
FORTALECER LA CONFIANZA EN LA COMUNIDAD

## RESUMO

A hesitação vacinal constitui um fenômeno multifatorial que desafia os sistemas de saúde, impactando as coberturas vacinais e favorecendo o ressurgimento de doenças imunopreveníveis. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico como mediadora entre políticas de imunização e comunidades. Este estudo analisou a atuação da APS no enfrentamento da hesitação vacinal, com foco nas práticas comunicacionais, construção de confiança e engajamento comunitário. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, realizada nas bases Scopus, PubMed, Web of Science e SciELO, incluindo publicações de 2020 a 2025. A seleção seguiu o protocolo PRISMA 2020 e a análise ocorreu por síntese temática. Os resultados indicam que a APS é central na coordenação do cuidado, promovendo vínculo e confiança entre profissionais e usuários. A hesitação vacinal associa-se a desconfiança institucional, desigualdades sociais e fatores socioculturais. Estratégias como comunicação empática, escuta qualificada e adequação cultural mostraram-se eficazes para ampliar a adesão vacinal. O engajamento comunitário, com participação de agentes comunitários e lideranças locais, fortalece a legitimidade das ações de imunização. Persistem desafios como limitações de tempo, capacitação insuficiente e fragilidades organizacionais. Conclui-se que o fortalecimento da APS, aliado à qualificação da comunicação e à participação social, é fundamental para ampliar a cobertura vacinal e sustentar políticas públicas de saúde.

**Palavras-chave:** Hesitação vacinal; atenção primária à saúde; comunicação em saúde; programas de imunização; participação comunitária.

## ABSTRACT

Vaccine hesitancy is a multifactorial phenomenon that challenges health systems, impacting vaccination coverage and favoring the resurgence of vaccine-preventable diseases. In this context, Primary Health Care (PHC) assumes a strategic role as a mediator between immunization policies and communities. This study analyzed the role of PHC in addressing vaccine hesitancy, focusing on communication practices, trust building, and community engagement. This is an integrative literature review, with a qualitative approach, conducted in the Scopus, PubMed, Web of Science, and SciELO databases, including publications from 2020 to 2025. The selection followed the PRISMA 2020 protocol, and the analysis was performed through thematic synthesis. The results indicate that PHC is central to the coordination of care, promoting bonding and trust between professionals and users. Vaccine hesitancy is associated with institutional distrust, social inequalities, and sociocultural factors. Strategies such as empathetic communication, active listening, and cultural adaptation proved effective in increasing vaccine adherence. Community engagement, with the participation of community agents and local leaders, strengthens the legitimacy of immunization actions. Challenges persist, such as time constraints, insufficient training, and organizational weaknesses. It is concluded that strengthening primary health care, coupled with improved communication and social participation, is fundamental to expanding vaccination coverage and sustaining public health policies.

**Keywords:** Vaccine hesitation; primary health care; health communication; immunization programs; community participation.

## RESUMEN

La reticencia a la vacunación es un fenómeno multifactorial que desafía a los sistemas de salud, impactando la cobertura de vacunación y favoreciendo el resurgimiento de enfermedades prevenibles mediante vacunación. En este contexto, la Atención Primaria de Salud (APS) asume un rol estratégico como mediadora entre las políticas de inmunización y las comunidades. Este estudio analizó el rol de la APS para abordar la reticencia a la vacunación, centrándose en las prácticas de comunicación, la construcción de confianza y la participación comunitaria. Se trata de una revisión bibliográfica integradora, con un enfoque cualitativo, realizada en las bases de datos Scopus, PubMed, Web of Science y SciELO, incluyendo publicaciones de 2020 a 2025. La selección siguió el protocolo PRISMA 2020 y el análisis se realizó mediante síntesis temática. Los resultados indican que la APS es fundamental para la coordinación de la atención, promoviendo la vinculación y la confianza entre profesionales y usuarios. La reticencia a la vacunación se asocia con la desconfianza institucional, las desigualdades sociales y los factores socioculturales. Estrategias como la comunicación empática, la escucha activa y la adaptación cultural demostraron ser efectivas para aumentar la adherencia a la vacunación. La participación comunitaria, con la colaboración de agentes comunitarios y líderes locales, fortalece la legitimidad de las campañas de vacunación. Persisten desafíos como la falta de tiempo, la capacitación insuficiente y las deficiencias organizativas. Se concluye que fortalecer la atención primaria de salud, junto con una mejor comunicación y participación social, es fundamental para ampliar la cobertura de vacunación y mantener las políticas de salud pública.

**Palabras clave:** Reticencia a la vacunación; atención primaria de salud; comunicación en salud; programas de inmunización; participación comunitaria.

## 1 INTRODUÇÃO

A hesitação vacinal tem sido progressivamente reconhecida como um fenômeno complexo que desafia os sistemas de saúde em diferentes partes do mundo. Nas últimas décadas, o tema passou a ocupar posição central nas agendas de saúde pública, especialmente após a Organização Mundial da Saúde classificá-lo entre as principais ameaças à saúde global. Esse cenário está relacionado à redução das coberturas vacinais observada em diversos países, à consequente fragilização da imunidade coletiva e ao reaparecimento de doenças anteriormente controladas por programas de imunização em distintos contextos sociais e culturais (Wiedermann *et al.*, 2025; Tuckerman *et al.*, 2022). Assim, torna-se evidente que a adesão às vacinas não depende apenas da disponibilidade de tecnologias biomédicas, mas também de fatores sociais, culturais e institucionais que influenciam a forma como a população percebe os riscos e benefícios da vacinação.

No Brasil, a hesitação vacinal apresenta manifestações diversas e heterogêneas. Esse fenômeno pode ocorrer tanto por meio da recusa explícita da vacinação quanto pelo atraso na aplicação de doses ou pela não conclusão do esquema vacinal recomendado. Entre os fatores frequentemente associados a esse comportamento destacam-se o receio de eventos adversos, dúvidas acerca da segurança ou da eficácia dos imunizantes, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a circulação de informações incompletas ou equivocadas. Tais elementos

demonstram a complexidade do fenômeno no cotidiano da Atenção Primária à Saúde (APS), espaço em que decisões relacionadas à vacinação são frequentemente construídas no âmbito das interações entre profissionais e usuários dos serviços (De Andrade Ruela, 2025).

Além disso, evidências recentes sugerem que a hesitação vacinal não se restringe exclusivamente à população usuária dos serviços de saúde. Profissionais que atuam na Atenção Primária, especialmente aqueles inseridos em territórios e em contato direto com as comunidades, também podem apresentar dúvidas, inseguranças ou posicionamentos ambivalentes em relação à vacinação. Tal situação pode comprometer a qualidade das orientações oferecidas à população e dificultar a condução de diálogos esclarecedores sobre as vacinas (Conrado, 2025; Tuckerman *et al.*, 2022). Dessa forma, aspectos relacionados à formação profissional, ao suporte institucional e às práticas comunicacionais tornam-se dimensões relevantes para o fortalecimento das ações de imunização.

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde assume papel estratégico na organização das políticas de vacinação, especialmente em sistemas de saúde estruturados a partir de modelos territoriais e comunitários, como ocorre com a Estratégia Saúde da Família no Brasil. Por meio da coordenação do cuidado, do acompanhamento contínuo das famílias e da gestão das necessidades sanitárias dos territórios, a APS configura-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como para a consolidação de vínculos entre serviços e população (Lemos *et al.*, 2025). No país, grande parte das atividades de imunização ocorre nas unidades básicas de saúde, sendo operacionalizadas pelas equipes que compõem esse nível de atenção.

Estudos apontam que unidades básicas bem estruturadas, com adequada organização dos serviços, disponibilidade de imunobiológicos e equipes capacitadas, apresentam maior probabilidade de alcançar níveis satisfatórios de cobertura vacinal. Esses achados reforçam a importância da APS como base operacional das políticas públicas de imunização e como instrumento fundamental para promover equidade no acesso às vacinas (Ferreira *et al.*, 2017; De Andrade Ruela, 2025). No entanto, a efetividade das ações de vacinação não depende exclusivamente de aspectos logísticos ou organizacionais.

De maneira significativa, a adesão às vacinas está fortemente relacionada à construção de relações de confiança. Essa confiança envolve tanto a percepção de

segurança e eficácia dos imunizantes quanto a credibilidade atribuída aos profissionais de saúde, às instituições públicas e aos sistemas de cuidado. A literatura científica destaca que a confiança se constrói por meio de processos relacionais, desenvolvidos nas interações cotidianas entre profissionais e usuários, sustentados por práticas comunicacionais transparentes, escuta qualificada, empatia e participação social (Wiedermann *et al.*, 2025; Rämgård *et al.*, 2023). Nesse sentido, trabalhadores da APS — especialmente os agentes comunitários de saúde — desempenham papel relevante na mediação entre o conhecimento científico e as experiências vividas pelas comunidades, contribuindo para a construção de significados compartilhados sobre a vacinação (Conrado, 2025; Rämgård *et al.*, 2023).

Diante dessa complexidade, o enfrentamento da hesitação vacinal exige estratégias que vão além da simples transmissão de informações biomédicas. Intervenções baseadas em comunicação qualificada, diálogo intercultural e participação comunitária têm demonstrado maior potencial para ampliar a aceitação das vacinas em diferentes contextos populacionais. Entre as práticas mais promissoras destacam-se a escuta ativa, o aconselhamento individualizado, recomendações claras por parte dos profissionais de saúde, a utilização de técnicas de entrevista motivacional e o desenvolvimento de materiais educativos culturalmente adequados, além da criação de canais participativos de comunicação (Wiedermann *et al.*, 2025; Talmy *et al.*, 2021; Tuckerman *et al.*, 2022).

Paralelamente, experiências de promoção da saúde fundamentadas na participação social e no protagonismo comunitário indicam que a construção de parcerias entre serviços de saúde, lideranças locais e usuários pode fortalecer a capacidade dos territórios de responder à desinformação e a situações de crise sanitária. Tais iniciativas favorecem processos de empoderamento coletivo e corresponsabilização social, contribuindo para ampliar a confiança nos sistemas de saúde e fortalecer a resiliência das comunidades frente a desafios epidemiológicos (Zulu *et al.*, 2021; Rämgård *et al.*, 2023; Kale *et al.*, 2023).

Diante desse panorama, torna-se fundamental aprofundar a compreensão acerca do papel desempenhado pela Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da hesitação vacinal, bem como identificar estratégias que contribuam para fortalecer a confiança da população nas políticas de imunização. Nesse sentido, o presente artigo busca discutir a atuação da APS frente a esse fenômeno, analisando

práticas comunicacionais, mecanismos de participação social e formas de organização do cuidado capazes de contribuir para consolidar a vacinação como prática social compartilhada, orientada por princípios de solidariedade, responsabilidade coletiva e equidade em saúde.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Hesitação vacinal como desafio contemporâneo para a saúde pública

A vacinação é considerada uma das intervenções mais eficazes já desenvolvidas no campo da saúde pública, sendo responsável por reduzir significativamente a incidência de diversas doenças infecciosas e por diminuir taxas de morbidade e mortalidade em nível global. Ao longo do tempo, programas de imunização possibilitaram o controle, a eliminação e até mesmo a erradicação de importantes enfermidades, consolidando-se como uma estratégia essencial para a proteção da saúde coletiva. Apesar desses avanços científicos e da ampla disponibilidade de vacinas seguras e eficazes, observa-se atualmente o crescimento de um fenômeno complexo conhecido como hesitação vacinal, caracterizado pelo atraso na aceitação ou pela recusa da vacinação mesmo quando os serviços estão acessíveis à população (McDonald, 2015).

A expansão desse comportamento tem despertado preocupação entre pesquisadores e organismos internacionais de saúde. Em razão de seus impactos sobre a cobertura vacinal e sobre a prevenção de doenças imunopreveníveis, a Organização Mundial da Saúde passou a reconhecer a hesitação vacinal como uma das principais ameaças à saúde global (World Health Organization, 2019). A diminuição da adesão às campanhas de vacinação tem contribuído para o ressurgimento de doenças que anteriormente se encontravam controladas, como o sarampo e a poliomielite, evidenciando os riscos associados à redução da imunização populacional.

Diversos estudos indicam que a hesitação vacinal não deve ser compreendida como um comportamento uniforme ou exclusivamente individual. Trata-se de um fenômeno dinâmico e multifatorial, influenciado por variáveis socioculturais, econômicas, políticas e religiosas, além do nível de confiança que a população deposita nas instituições de saúde, nos profissionais e nos próprios programas de imunização.

Nesse contexto, um dos modelos conceituais mais utilizados para explicar os determinantes da hesitação vacinal é o denominado modelo dos “3C”. Esse referencial considera três dimensões principais que influenciam as decisões relacionadas à vacinação: confiança (confidence), complacência (complacency) e conveniência (convenience). A confiança refere-se à credibilidade atribuída às vacinas, aos profissionais de saúde e às instituições responsáveis pelas políticas de imunização; a complacência está associada à percepção reduzida do risco de adoecimento por doenças imunopreveníveis; enquanto a conveniência envolve fatores relacionados à disponibilidade, acessibilidade e organização dos serviços de vacinação (McDonald, 2015; Dubé; Vivion; McDonald, 2015).

Outro elemento relevante para compreender o fenômeno é a ampla circulação de informações equivocadas ou desinformação, especialmente em ambientes digitais e redes sociais. A disseminação de conteúdos que questionam a segurança ou a eficácia das vacinas pode gerar dúvidas, inseguranças e desconfiança na população. Esse cenário evidencia que as decisões relacionadas à vacinação são influenciadas não apenas por evidências científicas, mas também por processos comunicacionais, relações sociais de confiança e disputas simbólicas em torno da legitimidade do conhecimento científico (Larson *et al.*, 2018).

Dessa forma, compreender a hesitação vacinal exige uma abordagem interdisciplinar capaz de integrar diferentes perspectivas analíticas, incluindo dimensões epidemiológicas, sociais, culturais e comunicacionais que influenciam a percepção pública sobre as vacinas e sobre os programas de imunização.

## **2.2 A atenção primária à saúde e a organização das políticas de imunização**

A Atenção Primária à Saúde (APS) representa um componente fundamental na organização de sistemas de saúde orientados pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Conforme proposto por Starfield (2002), esse nível de atenção é caracterizado por atributos essenciais, como o acesso inicial aos serviços, a continuidade do cuidado ao longo do tempo, a coordenação das diferentes ações em saúde e a oferta de atenção integral aos indivíduos e comunidades.

No Brasil, a APS ocupa posição central na estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando papel estratégico na articulação entre assistência, vigilância em saúde e ações de promoção e prevenção. Esse nível de atenção organiza-se a partir de uma lógica territorial, na qual as práticas de cuidado são

orientadas pelas necessidades e características específicas das comunidades atendidas. Nesse contexto, o trabalho em equipe multiprofissional e a integração entre diferentes ações de saúde constituem elementos fundamentais para a efetividade das políticas públicas (De Paula *et al.*, 2021; Machado *et al.*, 2021; Lemos *et al.*, 2025).

A principal estratégia de operacionalização da APS no país é a Estratégia Saúde da Família (ESF), modelo assistencial que prioriza o acompanhamento contínuo das famílias e o fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários. A atuação multiprofissional, aliada à proximidade com o território, permite que as equipes de saúde desenvolvam intervenções mais adequadas às realidades locais, ampliando a capacidade de resposta do sistema de saúde diante das demandas sanitárias da população (De Oliveira *et al.*, 2025).

Sob essa perspectiva, a APS pode ser compreendida como um espaço dinâmico de produção do cuidado, no qual as relações estabelecidas entre trabalhadores e usuários desempenham papel fundamental. Nesse cenário, as chamadas tecnologias leves, como acolhimento, escuta qualificada, diálogo e construção de vínculos, assumem grande importância na mediação de conflitos e na abordagem de temas sensíveis, incluindo dúvidas e receios relacionados à vacinação (De Oliveira *et al.*, 2025).

No âmbito das políticas de imunização, a APS constitui o principal cenário de implementação das ações do Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973 e amplamente reconhecido pela sua contribuição para a redução da incidência de doenças imunopreveníveis no Brasil (Brasil, 2023). A ampla capilaridade da rede de atenção básica possibilitou que as campanhas de vacinação alcançassem diferentes segmentos da população, incluindo comunidades rurais, áreas periféricas e regiões de difícil acesso.

Contudo, a sustentabilidade das políticas de imunização não depende apenas da disponibilidade de vacinas ou da infraestrutura dos serviços de saúde. A manutenção de níveis adequados de cobertura vacinal está diretamente relacionada à capacidade dos profissionais da APS de estabelecer relações de confiança com os usuários, identificar barreiras socioculturais à vacinação e desenvolver estratégias educativas sensíveis às características de cada território (Ferreira *et al.*, 2017).

Nesse sentido, a vacinação deve ser compreendida não apenas como um procedimento técnico, mas como uma prática social influenciada por percepções de

risco, valores culturais e relações de confiança entre indivíduos, comunidades e instituições. O conceito de literacia vacinal amplia essa compreensão ao considerar a capacidade das pessoas de acessar, compreender e utilizar informações relacionadas à vacinação para tomar decisões informadas sobre sua saúde (Lorini *et al.*, 2023).

Dessa forma, a APS apresenta potencial significativo para enfrentar a hesitação vacinal, uma vez que seus profissionais mantêm contato contínuo com a população e possuem conhecimento aprofundado sobre as características sociais, culturais e epidemiológicas dos territórios onde atuam.

### **2.3 Confiança, comunicação em saúde e engajamento comunitário na adesão vacinal**

A confiança constitui um fator determinante para o sucesso das políticas de imunização e para a legitimidade das ações de saúde pública. Estudos indicam que a decisão de aceitar ou recusar vacinas está fortemente relacionada ao nível de credibilidade atribuído às instituições de saúde, aos profissionais responsáveis pela orientação da população e às informações disponíveis sobre os imunizantes (Wiedermann *et al.*, 2025).

Nesse contexto, a comunicação em saúde desempenha papel central ao estabelecer uma ponte entre o conhecimento científico e as interpretações sociais acerca dos riscos e benefícios da vacinação. Estratégias comunicacionais baseadas em diálogo aberto, escuta ativa e respeito às preocupações dos indivíduos tendem a ser mais eficazes na redução da hesitação vacinal do que abordagens centradas apenas na transmissão unilateral de informações (Talmy *et al.*, 2021).

Para que essas estratégias sejam efetivas, é necessário que as mensagens de saúde sejam construídas com base em evidências científicas, sensibilidade cultural e linguagem acessível. A adaptação das informações às realidades socioculturais das diferentes comunidades torna-se, portanto, um elemento fundamental para ampliar a compreensão pública sobre a importância da vacinação (Calanan, 2023).

A pandemia de COVID-19 evidenciou de forma significativa o papel estratégico da Atenção Primária à Saúde na promoção da confiança social e no enfrentamento da desinformação. A proximidade das equipes com os territórios, associada ao acompanhamento contínuo das famílias e às atividades de educação

em saúde, posiciona a APS como um espaço privilegiado para apoiar processos de decisão informada relacionados à vacinação (Machado *et al.*, 2021; De Paula *et al.*, 2021; Ashcroft *et al.*, 2024).

Nesse cenário, os agentes comunitários de saúde exercem função particularmente relevante ao atuarem como mediadores entre os serviços de saúde e as comunidades. Por meio das visitas domiciliares e do contato cotidiano com as famílias, esses profissionais conseguem identificar dúvidas, percepções e barreiras que podem interferir na adesão às vacinas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de cuidado mais adequadas às realidades locais (Conrado, 2025).

Além disso, iniciativas de engajamento comunitário têm demonstrado potencial significativo para fortalecer a confiança social nas políticas de imunização. A participação de lideranças locais, organizações sociais e representantes da comunidade na elaboração e implementação de estratégias de saúde pública contribui para ampliar a legitimidade das ações sanitárias e estimular processos de corresponsabilização social (Zulu *et al.*, 2021; Rämngård *et al.*, 2023).

Experiências internacionais indicam que a construção de confiança em programas de vacinação requer processos contínuos de diálogo e participação. Entre as estratégias mais efetivas destacam-se a capacitação de líderes comunitários, o uso de narrativas culturalmente relevantes, a atuação de influenciadores locais e a presença de trabalhadores comunitários treinados para esclarecer dúvidas e promover espaços de escuta nas comunidades (Mabetha *et al.*, 2023).

Assim, a articulação entre comunicação em saúde qualificada, fortalecimento dos vínculos comunitários e ampliação da participação social configura-se como elemento fundamental para a consolidação de políticas de imunização sustentáveis e socialmente legitimadas, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa e abordagem descritiva, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar evidências científicas disponíveis sobre o papel da Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da hesitação vacinal e nas estratégias destinadas a fortalecer a confiança da população nas vacinas.

A revisão integrativa constitui um método amplamente utilizado nas ciências da saúde por permitir a inclusão e análise de estudos com diferentes delineamentos metodológicos. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais abrangente de fenômenos complexos, além de contribuir para a produção de conhecimento capaz de subsidiar práticas profissionais e orientar a formulação de políticas públicas em saúde.

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Scopus, PubMed, Web of Science e SciELO, selecionadas em razão de sua relevância na indexação de periódicos científicos nas áreas de saúde coletiva, epidemiologia, imunização e Atenção Primária à Saúde. A escolha dessas bases também se justifica pela ampla cobertura de publicações nacionais e internacionais relacionadas ao tema investigado.

Foram considerados elegíveis artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem aspectos relacionados à hesitação vacinal, comunicação em saúde, confiança institucional e estratégias desenvolvidas no contexto da Atenção Primária à Saúde para promover a adesão à vacinação.

A estratégia de busca foi estruturada por meio da combinação de descritores controlados e palavras-chave relacionados ao tema da pesquisa. Esses termos foram articulados utilizando operadores booleanos AND e OR, o que permitiu ampliar e refinar os resultados obtidos nas bases consultadas. Entre os principais descritores utilizados destacam-se: *vaccine hesitancy*, *primary health care*, *health communication*, *community trust*, *immunization programs* e *vaccination acceptance*.

O processo de seleção dos estudos seguiu as recomendações do protocolo PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), contemplando quatro etapas principais. A primeira etapa consistiu na identificação dos estudos nas bases de dados selecionadas. Em seguida, realizou-se a triagem por meio da leitura dos títulos e resumos, com o objetivo de excluir publicações que não apresentavam relação direta com o tema investigado. Na etapa de elegibilidade, os artigos potencialmente relevantes foram analisados integralmente. Por fim, foram incluídos na revisão apenas os estudos que atenderam aos critérios previamente estabelecidos.

Foram excluídos artigos duplicados, publicações que não abordavam diretamente a atuação da Atenção Primária à Saúde ou a hesitação vacinal, além de

editoriais, cartas ao editor, revisões narrativas, dissertações, teses e estudos sem acesso ao texto completo.

Após a definição da amostra final, os estudos selecionados foram submetidos a análise qualitativa por meio de síntese temática, procedimento que possibilitou identificar e organizar categorias analíticas relacionadas às estratégias de enfrentamento da hesitação vacinal, às práticas de comunicação em saúde utilizadas pelos profissionais da Atenção Primária e aos mecanismos de construção de confiança entre serviços de saúde e comunidades.

Essa etapa permitiu sistematizar e interpretar as evidências científicas encontradas, contribuindo para a compreensão das principais abordagens adotadas para ampliar a adesão às vacinas no contexto da Atenção Primária à Saúde.

## 4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados evidencia que a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel central na organização do cuidado em saúde e na mediação entre os sistemas formais de saúde e as comunidades. A literatura revisada aponta que a coordenação do cuidado no âmbito da APS ocorre de forma multidimensional, envolvendo níveis interdependentes de atuação, individual, organizacional e sistêmico que influenciam diretamente a efetividade das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

No nível individual, a continuidade do cuidado ao longo do ciclo de vida e a integração entre diferentes etapas do processo assistencial configuram-se como elementos essenciais para garantir a integralidade da atenção. A longitudinalidade do acompanhamento, característica fundamental da APS, possibilita a construção de vínculos entre profissionais e usuários, favorecendo intervenções preventivas e ampliando a confiança da população nos serviços de saúde (Khatri *et al.*, 2023).

No âmbito organizacional, os estudos destacam a relevância da colaboração interprofissional e do trabalho em equipes multidisciplinares para fortalecer a capacidade de resposta dos serviços de saúde frente às demandas da população. A articulação entre diferentes categorias profissionais, associada à integração com instituições comunitárias e organizações locais, contribui para ampliar o acesso aos serviços e qualificar os processos de cuidado (Khatri; Nigatu, 2023).

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à importância da participação comunitária na construção de sistemas de saúde mais responsivos e

socialmente legitimados. Nesse contexto, atores locais, como agentes comunitários de saúde, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais desempenham papel estratégico na mediação entre os serviços de saúde e as populações atendidas, favorecendo processos de coprodução do cuidado e de corresponsabilização social. Apesar dos avanços observados em diferentes contextos, persistem desafios relacionados à definição de papéis institucionais, à ausência de estratégias estruturadas de participação social e às limitações de recursos para sustentar iniciativas comunitárias de forma contínua (Zulu *et al.*, 2024; Sacks *et al.*, 2020).

No interior das equipes da APS, práticas comunicacionais humanizadas emergem como componente essencial para a qualificação do cuidado e para a ampliação da adesão às recomendações preventivas. Evidências indicam que abordagens baseadas em escuta ativa, linguagem clara e reconhecimento das desigualdades sociais contribuem significativamente para melhorar a experiência dos usuários nos serviços de saúde e fortalecer a confiança nas orientações profissionais (De Paula *et al.*, 2021; Machado *et al.*, 2021).

Modelos assistenciais centrados nas pessoas e orientados pelas necessidades das comunidades demonstram maior capacidade de produzir respostas equitativas e eficazes diante de desafios sanitários complexos. Em especial, abordagens que incorporam análise territorial, estratificação de vulnerabilidades e estratégias de comunicação adaptadas às características socioculturais das populações têm mostrado resultados positivos em contextos de emergências sanitárias e campanhas de vacinação (Shahidullah *et al.*, 2023; De Oliveira, 2025).

No que se refere especificamente às políticas de imunização, os estudos analisados indicam que iniciativas de engajamento comunitário desempenham papel relevante no fortalecimento da confiança social nas vacinas. Experiências relatadas na literatura evidenciam que a construção de confiança em programas de vacinação não ocorre por meio de intervenções isoladas ou campanhas pontuais, mas resulta de processos contínuos de interação entre serviços de saúde e comunidades. Entre as estratégias mais frequentemente mencionadas destacam-se a formação de lideranças comunitárias, a utilização de narrativas culturalmente significativas, o envolvimento de influenciadores locais e a manutenção de trabalhadores

comunitários capacitados para dialogar com a população e acolher dúvidas ou receios relacionados à vacinação (Sommers *et al.*, 2025; Leyns *et al.*, 2023).

A efetividade dessas iniciativas está diretamente associada à capacidade dos serviços de saúde em promover ambientes institucionais favoráveis à participação social. Nesse sentido, elementos como governança transparente, liderança comprometida, gestão participativa e flexibilidade organizacional são considerados fundamentais para permitir a adaptação das estratégias de saúde às especificidades de cada território (Mabetha *et al.*, 2023).

De maneira geral, os resultados indicam que a APS pode ser compreendida como um espaço dinâmico de produção do cuidado, no qual a articulação entre coordenação assistencial, participação comunitária e integração intersetorial contribui para ampliar a efetividade das políticas públicas de saúde. Contudo, o fortalecimento desse nível de atenção requer o enfrentamento de barreiras estruturais persistentes, incluindo desigualdades territoriais, limitações de financiamento e fragilidades na articulação entre diferentes setores sociais (Khatri *et al.*, 2023).

No contexto específico do enfrentamento da hesitação vacinal, os estudos analisados ressaltam o papel estratégico dos profissionais da Atenção Primária à Saúde como fontes confiáveis de informação para a população. Médicos de família, clínicos gerais e demais profissionais da APS ocupam posição privilegiada para promover o diálogo sobre vacinação, uma vez que mantêm contato contínuo com os usuários e possuem conhecimento aprofundado sobre as realidades socioculturais dos territórios (Katzman; Katzman, 2021).

Entre as estratégias comunicacionais consideradas mais eficazes destacam-se a introdução precoce do tema da vacinação durante o acompanhamento dos pacientes, a apresentação da imunização como prática de cuidado rotineira e a construção de relações de confiança baseadas na transparência quanto aos benefícios e possíveis efeitos adversos das vacinas. Além disso, enfatizar a proteção individual e coletiva proporcionada pela vacinação tem sido apontado como abordagem relevante para estimular a adesão às campanhas imunizantes (Katzman; Katzman, 2021).

Outro aspecto enfatizado na literatura refere-se à importância de estratégias de comunicação empáticas, personalizadas e culturalmente sensíveis. Em contextos caracterizados por diversidade linguística e sociocultural, a adaptação das

mensagens de saúde às especificidades das comunidades torna-se essencial para reduzir barreiras comunicacionais e promover maior compreensão pública sobre a vacinação (Wiedermann *et al.*, 2025).

Adicionalmente, os estudos indicam que a hesitação vacinal não pode ser explicada exclusivamente pela falta de conhecimento da população sobre as vacinas. Fatores como desconfiança institucional, experiências negativas com serviços de saúde, desigualdades sociais e percepções culturais sobre risco e segurança também influenciam as decisões relacionadas à imunização. Dessa forma, estratégias eficazes para enfrentar a hesitação vacinal requerem abordagens integradas que articulem comunicação qualificada, participação comunitária e fortalecimento das relações de confiança entre profissionais e usuários (Lin *et al.*, 2021; Crippin *et al.*, 2025).

Apesar do potencial estratégico da APS nesse processo, a literatura aponta que diversos desafios ainda limitam a atuação dos profissionais de saúde na promoção da vacinação. Entre as principais barreiras destacam-se a insuficiência de treinamentos específicos sobre comunicação em vacinação, a sobrecarga de trabalho nas unidades de saúde e as restrições de tempo durante as consultas, fatores que podem dificultar a abordagem aprofundada das dúvidas e preocupações dos pacientes (Nuzhath *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, os resultados analisados indicam que o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde depende da ampliação de investimentos institucionais, da oferta de educação permanente para os profissionais e do desenvolvimento de estratégias comunicacionais adaptadas às realidades locais. Tais medidas são consideradas fundamentais para consolidar relações de confiança entre os serviços de saúde e a população, ampliar a adesão às campanhas de vacinação e garantir a sustentabilidade das políticas públicas de imunização (Piccoliori *et al.*, 2023; Braun; O'leary, 2020).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta revisão integrativa evidenciam que a Atenção Primária à Saúde ocupa posição estratégica no enfrentamento da hesitação vacinal, atuando como principal espaço de mediação entre as políticas públicas de imunização e as comunidades. A proximidade territorial das equipes de saúde, associada ao acompanhamento longitudinal das famílias, favorece a construção de vínculos de

confiança que influenciam diretamente a aceitação das vacinas e a adesão às campanhas de imunização.

Os resultados indicam que profissionais da APS, particularmente médicos de família, clínicos gerais e agentes comunitários de saúde exercem papel decisivo na orientação da população sobre vacinação, sendo frequentemente reconhecidos como fontes confiáveis de informação. Contudo, a efetividade dessa atuação depende de condições institucionais adequadas, incluindo capacitação permanente, disponibilidade de tempo para abordagens educativas e suporte organizacional para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais mais qualificadas.

A revisão também evidencia que intervenções baseadas em comunicação empática, transparente e culturalmente sensível apresentam maior potencial para reduzir a hesitação vacinal. Tais estratégias devem ser acompanhadas por iniciativas de engajamento comunitário que valorizem o diálogo com a população, a participação social e a coprodução do cuidado entre profissionais de saúde e comunidades.

Adicionalmente, a compreensão da hesitação vacinal como fenômeno multifatorial reforça a necessidade de abordagens integradas que considerem não apenas aspectos informacionais, mas também fatores relacionados à confiança institucional, às desigualdades sociais e às percepções culturais sobre risco e segurança das vacinas. Nesse contexto, políticas públicas voltadas ao fortalecimento da APS devem priorizar investimentos em educação permanente, qualificação da comunicação em saúde e ampliação dos mecanismos de participação comunitária.

Dessa forma, o fortalecimento estrutural e institucional da Atenção Primária à Saúde constitui estratégia fundamental para ampliar as coberturas vacinais e consolidar relações de confiança entre os serviços de saúde e a população. Ao promover cuidado próximo, contínuo e territorializado, a APS se configura como elemento essencial para a sustentabilidade das políticas de imunização e para a proteção da saúde coletiva frente aos desafios contemporâneos.

## 6 REFERÊNCIAS

ASHCROFT, R., DONNELLY, C., LAM, S., SHEFFIELD, P., HAMILTON, B., KEMP, C., ADAMSON, K., & BROWN, J. (2024). A qualitative examination of primary care team's participation in the distribution of the COVID-19 vaccination. *BMC Primary Care*, 25. <https://doi.org/10.1186/s12875-024-02327-2>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações: 50 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRAUN, C., & O'LEARY, S. (2020). Recent advances in addressing vaccine hesitancy.. Current Opinion in Pediatrics. <https://doi.org/10.1097/mop.0000000000000929>.

BRUTSCHER, V., & CRUZ, P. (2020). Participação social na perspectiva da educação popular: suas especificidades e potencialidades na Atenção Primária à Saúde / Social participation from the perspective, 10, 126-152. <https://doi.org/10.18554/cimeac.v10i1.4117>.

CALANAN, R., BONDS, M., BEDROSIAN, S., LAIRD, S., SATTER, D., & PENMAN-AGUILAR, A. (2023). CDC's Guiding Principles to Promote an Equity-Centered Approach to Public Health Communication. *Preventing Chronic Disease*, 20. <https://doi.org/10.5888/pcd20.230061>.

CONRADO, D., DRUMOND, S., NASCIMENTO, A., AJALLA, M., SANTOS-PINTO, C., & DE OLIVEIRA, E. (2025). Vaccine hesitancy among primary care health workers in Campo Grande, after the COVID-19 pandemic. *Epidemiologia e Serviços de Saúde : Revista do Sistema Unico de Saúde do Brasil*, 34. <https://doi.org/10.1590/s2237-96222025v34e20240481.en>.

CRIPPIN, T., TOUNKARA, K., DIARRA, I., KAMATE, P., BESEME, S., MURPHY, M., MUNIR, H., DAOU, A., DABO, G., TÉGUÉTÉ, I., KOITA, O., & DE GROOT, A. (2025). Vaccine Confidence During Public Health Challenges and Prior to HPV Vaccine Introduction in Mali. *Vaccines*, 13. <https://doi.org/10.3390/vaccines13050535>.

DE ANDRADE RUELA, G., DE FÁTIMA DOS SANTOS, A., MACIEIRA, C., GIRARDI, S., DE ABREU, D., MASSOTE, A., ARAÚJO, J., & DA COSTA MACHADO, A. (2025). Estrutura da Atenção Primária à Saúde e as coberturas vacinais nos municípios brasileiros. *Revista de Saúde Pública*. <https://doi.org/10.11606/s15188787.2025059006279>.

DE OLIVEIRA, R., CECCON, D., DE SANT'ANA OLIVEIRA, A., DE SOUZA GOMES, S., DE ALMEIDA, S., & PASSOS, J. (2025). Integralidade do cuidado no contexto da atenção da primária à saúde (aps) sob à luz das propostas de emerson merhy. *ARACÊ*. <https://doi.org/10.56238/arev7n7-263>.

DE PAULA, F., RIBEIRO, S., CORRÊA, K., TOSTA, A., REIS, D., MACEDO, D., LANDIM, R., & CORREIA, L. (2021). A importância da Atenção Primária à Saúde no cenário de transmissão comunitária de Covid-19 no Brasil: uma revisão sistemática da literatura / The importance of Primary Health Care in the scenario of community transmission of Covid-19 in Brazil. *Brazilian Journal of Health Review*. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n5-348>.

DUBÉ, E.; VIVION, M.; MACDONALD, N. E. (2015). Vaccine hesitancy, vaccine refusal and the anti-vaccine movement: influence, impact and implications. *Expert Review of Vaccines*, London, v. 14, n. 1, p. 99-117. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25373435/>.

FERNANDES, E. G., PERCIO, J., & MACIEL, E. L. N. (2025). Vaccination coverage and hesitancy in Brazil: survey reveals reality and offers inputs for the National Immunization Policy. *Epidemiologia e serviços de saúde : revista do Sistema Único de Saúde do Brasil*, 33(spe2), e2024638. <https://doi.org/10.1590/S2237-96222024v33e2024638.especial2.en>

FERREIRA AV, OLIVEIRA CF, GUIMARÃES EAA, CAVALCANTE RB, MORAES JT, OLIVEIRA VC (2017). Acesso à sala de vacinas nos serviços de atenção primária à saúde. *Rev. Eletr. Enf.* Acesso em: 13/03/2026. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v19.42468>

HARICHARAN, H., STUTTAFORD, M., & LONDON, L. (2021). The role of community participation in primary health care: practices of South African health committees. *Primary Health Care Research & Development*, 22. <https://doi.org/10.1017/s146342362100027x>.

KALE, S., HIRANI, S., VARDHAN, S., MISHRA, A., GHODE, D., PRASAD, R., & WANJARI, M. (2023). Addressing Cancer Disparities Through Community Engagement: Lessons and Best Practices. *Cureus*, 15. <https://doi.org/10.7759/cureus.43445>.

KHATRI, R., ENDALAMAW, A., ERKU, D., WOLKA, E., NIGATU, F., ZEWDIE, A., & ASSEFA, Y. (2023). Continuity and care coordination of primary health care: a scoping review. *BMC Health Services Research*, 23. <https://doi.org/10.1186/s12913-023-09718-8>.

KHATRI, R., WOLKA, E., NIGATU, F., ZEWDIE, A., ERKU, D., ENDALAMAW, A., & ASSEFA, Y. (2023). People-centred primary health care: a scoping review. *BMC Primary Care*, 24. <https://doi.org/10.1186/s12875-023-02194-3>.

- LEMOS, C., DA SILVA RIBEIRO, F., CALEFFI, R., CORRÊA, J., DE ARAUJO ALBUQUERQUE, R., DA SILVA MAIA, L., DE SOUZA GONTIJO, L., CHIESA, G., SILVA, L., & SANTOS, P. (2025). INTEGRAÇÃO ENTRE ATENÇÃO PRIMÁRIA E SAÚDE DA FAMÍLIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA. *LUMEN ET VIRTUS*. <https://doi.org/10.56238/levv16n51-002>.
- LEYNS, C., WILLEMS, S., POWELL, R., CAMACHO, V., FABREGA, R., DE MAESENEER, J., RAWAF, S., MANGTANI, P., & EL-OSTA, A. (2023). From disease-to people-centred pandemic management: organized communities, community-oriented primary care and health information systems. *International Journal for Equity in Health*, 22. <https://doi.org/10.1186/s12939-023-02032-z>.
- LIN, C., MULLEN, J., SMITH, D., KOTARBA, M., KAPLAN, S., & TU, P. (2021). Healthcare Providers' Vaccine Perceptions, Hesitancy, and Recommendation to Patients: A Systematic Review. *Vaccines*, 9. <https://doi.org/10.3390/vaccines9070713>.
- LORINI, C., DEL RICCIO, M., ZANOBINI, P., BIASIO, R., BONANNI, P., GIORGETTI, D., FERRO, V., GUAZZINI, A., MAGHREBI, O., LASTRUCCI, V., RIGON, L., OKAN, O., SØRENSEN, K., & BONACCORSI, G. (2023). Vaccination as a social practice: towards a definition of personal, community, population, and organizational vaccine literacy. *BMC Public Health*, 23. <https://doi.org/10.1186/s12889-023-16437-6>.
- MABETHA, D., OJEWOLA, T., MERWE, M., MABEKA, R., GOOSEN, G., SIGUDLA, J., HOVE, J., WITTER, S., & D'AMBRUOSO, L. (2023). Realising radical potential: building community power in primary health care through Participatory Action Research. *International Journal for Equity in Health*, 22. <https://doi.org/10.1186/s12939-023-01894-7>.
- MABETHA, D., OJEWOLA, T., MERWE, M., MABEKA, R., GOOSEN, G., SIGUDLA, J., HOVE, J., WITTER, S., & D'AMBRUOSO, L. (2023). Realising radical potential: building community power in primary health care through Participatory Action Research. *International Journal for Equity in Health*, 22. <https://doi.org/10.1186/s12939-023-01894-7>.
- NUZHATH, T., SPIEGELMAN, A., SCOBEE, J., GOIDEL, K., DAVID, W., & CALLAGHAN, T. (2023). Primary care physicians' strategies for addressing COVID-19 vaccine hesitancy. *Social science & medicine*, 333, 116150. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.116150>.
- PICCOLIORI, G., BARBIERI, V., WIEDERMANN, C., & ENGL, A. (2023). Special

roles of rural primary care and family medicine in improving vaccine hesitancy. *Advances in clinical and experimental medicine* : official organ Wroclaw Medical University. <https://doi.org/10.17219/acem/162349>.

RÄMGÅRD, M., RAMJI, R., KOTTORP, A., & FORSS, K. (2023). 'No one size fits all' – community trust-building as a strategy to reduce COVID-19-related health disparities. *BMC Public Health*, 23. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14936-6>.

ROSENDO, B., OLIVEIRA, F., CARVALHO, J., MENEZES, M., RODRIGUES, F., DE HEBERLE, F., DUARTE, R., SANTOS, D., SCHUMANN, G., DA CRUZ, R., DE OLIVEIRA, B., & GUIMARÃES, T. (2024). A humanização na gestão em saúde no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS): Um estudo qualitativo. *LUMEN ET VIRTUS*. <https://doi.org/10.56238/levv15n39-031>.

SACKS, E., SCHLEIFF, M., WERE, M., CHOWDHURY, A., & PERRY, H. (2020). Communities, universal health coverage and primary health care. *Bulletin of the World Health Organization*, 98, 773 - 780. <https://doi.org/10.2471/blt.20.252445>.

SHAHIDULLAH, J., HOSTUTLER, C., COKER, T., DIXSON, A., OKOROJI, C., & MAUTONE, J. (2023). Child health equity and primary care. *The American psychologist*, 78 2, 93-106 . <https://doi.org/10.1037/amp0001064>.

SOMMERS, T., DOCKERY, M., BURKE, N., D'SOUZA, S., TROUPE, B., AGBONYINMA, T., RAGHURAM, H., HOPKINS, K., KOHLWAY, E., STOJICIC, P., & BHAN, A. (2025). Building trust and equity in vaccine communication through community engagement. *Human Vaccines & Immunotherapeutics*, 21. <https://doi.org/10.1080/21645515.2025.2518636>.

TALMY, T., COHEN, B., NITZAN, I., & MICHAEL, Y. (2021). Primary Care Interventions to Address COVID-19 Vaccine Hesitancy Among Israel Defense Forces Soldiers. *Journal of Community Health*, 46, 1155 - 1160. <https://doi.org/10.1007/s10900-021-01002-2>.

TUCKERMAN, J., KAUFMAN, J., & DANCHIN, M. (2022). Effective Approaches to Combat Vaccine Hesitancy. *The Pediatric Infectious Disease Journal*, 41, e243 - e245. <https://doi.org/10.1097/inf.0000000000003499>.

TUCKERMAN, J., KAUFMAN, J., & DANCHIN, M. (2022). Effective Approaches to Combat Vaccine Hesitancy. *The Pediatric Infectious Disease Journal*, 41, e243 - e245. <https://doi.org/10.1097/inf.0000000000003499>.

TUCKERMAN, J., KAUFMAN, J., & DANCHIN, M. (2022). Effective Approaches to Combat Vaccine Hesitancy. *The Pediatric Infectious Disease Journal*, 41, e243 - e245. <https://doi.org/10.1097/inf.0000000000003499>.

WIEDERMANN, C., PICCOLI, G., & ENGL, A. (2025). Supporting Primary Care Communication on Vaccination in Multilingual and Culturally Diverse Settings: Lessons from South Tyrol, Italy. *Epidemiologia*, 6. <https://doi.org/10.3390/epidemiologia6030050>.

WIEDERMANN, C., PICCOLI, G., & ENGL, A. (2025). Supporting Primary Care Communication on Vaccination in Multilingual and Culturally Diverse Settings: Lessons from South Tyrol, Italy. *Epidemiologia*, 6. <https://doi.org/10.3390/epidemiologia6030050>.

ZULU, J., KAMANGA, A., NGOSA, L., SHAKWELELE, H., MULENGA, W., CHIHINGA, R., SILUMBWE, A., & WILMINK, N. (2024). Community participation through co-production and social accountability in Zambia: mapping primary health care actors and interfaces. *Journal of Community Systems for Health*. <https://doi.org/10.36368/jcsh.v1i1.1054>.

ZULU, J., MARITIM, P., SILUMBWE, A., HALWIINDI, H., MUBITA, P., SICHONE, G., MPANDAMABULA, C., SHAMILIMO, F., & MICHELO, C. (2021). Unlocking Trust in Community Health Systems: Lessons From the Lymphatic Filariasis Morbidity Management and Disability Prevention Pilot Project in Luangwa District, Zambia. *International Journal of Health Policy and Management*, 11, 80 - 89. <https://doi.org/10.34172/ijhpm.2021.133>.

